

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUCIANA KAISS

IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA (PROGRAMA MAIS
EDUCAÇÃO) NA ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA APARECIDA

RIO NEGRO
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUCIANA KAISS

IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA (PROGRAMA MAIS
EDUCAÇÃO) NA ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA APARECIDA

Projeto Técnico apresentado à Universidade
Federal do Paraná para obtenção do título
de Especialista em Gestão Pública .

Orientador: Profº Acyr Seleme

RIO NEGRO
2016

Educação não transforma o mundo.
Educação transforma as pessoas.
Pessoas transformam o mundo.
Paulo Freire

RESUMO

O presente projeto visa apresentar os princípios e diretrizes em torno das políticas públicas educacionais, em particular o “ Programa Mais Educação “ que tem como foco principal, a permanência integral dos alunos na escola. Há uma correlação que devido ao local de vulnerabilidade em que se encontra uma escola, aumentam os problemas com aprendizado, evasão escolar, reprovação e nível cultural. A proposta da implementação do período integral visa diminuir a exposição de crianças aos problemas da vulnerabilidade social, oferecer diversidade de conhecimentos, riqueza de vivência, enriquecimento na construção do aprendizado e diminuição da desigualdade social. A educação precisa formar um propósito comum entre família, comunidade e escola para alcançar seu objetivo principal.

Palavras-chave: Programa Mais Educação. Período Integral. Vulnerabilidade Social. Aprendizado.

ABSTRACT

This project aims to present the principles and guidelines around the educational public policy, in particular "Programa Mais Educação" that has as its main focus, the full retention of students in school. There is a correlation that due to the vulnerable place where is a school, increase the problems with learning, school supply, school failure or cultural level. The proposed implementation of the full-time aims to reduce the exposure of children to the problems of social vulnerability, provide diversity of knowledge, wealth of experience, enriching the construction of learning and reducing social inequality. Education must form a common purpose between family, community and school to reach its main goal.

Keywords: More Education Program. Full time. Social Vulnerabilidade. Learning.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 – TAXAS DE ATENDIMENTO ESCOLAR POR FAIXA ETÁRIA	14
QUADRO 2 – HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL.....	16
QUADRO 3 – NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS EM 2012 EM RIO NEGRO/PR	18
FOTO 1 – ESPAÇO FÍSICO DA ESCOLA	32
FOTO 2 – SALA DE INFORMÁTICA.....	30
FOTO 3 – BIBLIOTECA	31
FOTO 4 - QUADRA COBERTA EM PARCERIA COM O COLEGIO ESTADUAL.....	31
FOTO 5 – PARQUINHO.....	32

LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS

- ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
- FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento da educação Básica
- PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola
- SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
- SERE - Sistema Estadual de Registro Escolar
- UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

Sumário

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	APRESENTAÇÃO	9
1.2	OBJETIVO GERAL DO TRABALHO	10
1.3	OBJETIVO ESPECÍFICO	11
1.4	JUSTIFICATIVA DO OBJETIVO	11
2.	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	13
2.1	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA - POLÍTICAS PÚBLICAS	13
2.2	FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO	14
2.3	EDUCAÇÃO INTEGRAL – PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO	17
3.	DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA	20
3.1	DESCRIÇÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO	20
3.2	DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PROBLEMA	21
4.	PROPOSTA TÉCNICA PARA SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA	23
4.1	PROPOSTA TÉCNICA	23
4.2	PLANO DE IMPLANTAÇÃO	24
4.3	RESULTADOS ESPERADOS	25
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
	REFERÊNCIAS	28
	APÊNDICE 1 - FOTOS DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DA ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA APARECIDA.	30
	ANEXO 1 – PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO PASSO-A-PASSO	33

1 INTRODUÇÃO

Este projeto tem como objetivo apresentar as premissas, considerando os conceitos, experiências e debates pedagógicos acerca dos benefícios da educação Integral na qualidade de ensino.

As desigualdades sociais e econômicas em nosso país são muito acentuadas e em muitos casos, as ações políticas precisam salvar vidas, tirar pessoas da pobreza extrema, da vulnerabilidade e risco social.

Atender a todos os problemas existentes já foi um grande problema para governos anteriores e continua sendo um desafio atual formular políticas públicas, em particular às políticas educacionais.

Qual o papel do Estado na qualidade da Educação de um país? A frase do ex-presidente Tancredo Neves responde muito bem essa questão quando diz: “ A criança é a nossa mais rica matéria-prima. Abandoná-la à sua própria sorte ou desassisti-la em suas necessidades de proteção e amparo é crime de lesa-pátria.”

Existem muitos problemas relacionados à educação em nosso país, problemas que exigem políticas bem aplicadas e não meramente políticas de marketing para benefício pessoal ou de um grupo. É preciso dar à educação a sua verdadeira importância, criar condições para que nossos jovens tenham todas as mesmas oportunidades. Precisamos de políticas públicas para reduzir os atalhos que levam à evasão escolar, a marginalidade, a exclusão social e a falta de emprego.

Mudanças exigem que a sociedade toda contribua, torne-se unida e que não renuncie aos seus direitos de cidadão; que as melhorias aconteçam se forem bem planejadas, aplicadas e acompanhadas. As soluções existem, porém é preciso existir políticos que honrem o compromisso de fazer de nosso país uma nação rica, culta e livre de corrupção.

1.1 APRESENTAÇÃO

O tema deste projeto é a implementação da política pública na área de educação, mais precisamente o “ Programa mais Educação”.

O Programa mais Educação é um projeto do Ministério da Educação, que visa uma permanência integral dos alunos dentro da instituição educadora.

Educação Integral tem sido um ideal presente na legislação educacional brasileira e nas formulações de nossos mais brilhantes educadores. Iniciativas diversas, em diferentes momentos da vida pública do país, levaram esse ideal para perto das escolas, implantando propostas e modelos de grande riqueza, mas ainda pontuais e esporádicos. O Ministério da Educação, por meio das Secretarias de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e de Educação Básica (SEB), em parceria com o FNDE, retomou esse ideal para, a partir do aprendizado com experiências bem-sucedidas, levá-lo como prática às redes de ensino dos estados e municípios do país. As experiências recentes indicam o papel central que a escola deve ter no projeto de Educação Integral, mas também apontam a necessidade de articular outras políticas públicas que contribuam para a diversidade de vivências que tornam a Educação Integral uma experiência inovadora e sustentável ao longo do tempo. Com essas premissas, foi instituído o Programa Mais Educação no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação. (Educação Integral, 2009, p.5).

O Programa Mais Educação exigiu estudos e diversas opiniões de pessoas e órgãos relacionados à educação. Segundo o texto referência sobre a Educação Integral, desde 2007 um grupo de trabalho formado por gestores municipais e estaduais, representantes da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), da Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação (ANFOPE), de Organizações não-governamentais comprometidas com a educação pública e de professores universitários passou a reunir-se periodicamente, convocados pelo MEC, com objetivo de contribuir para a formação dessa política pública, discutindo fatores considerados relevantes e sustentados na intersectorialidade da gestão pública.

Em 2008, o Programa Mais Educação teve início em 55 municípios de 25 estados, e no Distrito Federal. Começou priorizando 1380 escolas de Ensino Fundamental com baixo IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), e em 2009 já haviam 5 mil escolas atendidas pelo programa.

Não queremos implantar a educação integral com o objetivo principal de ampliar a jornada escolar; permanecer mais tempo na escola tem haver com uma concepção de educação mais abrangente, com valores sociais e culturais, compreensão das diversidades, desenvolvimento do senso de responsabilidade e aprender a interagir com o mundo contemporâneo. Por essa imensa responsabilidade que é a educação integral, se é necessário e imprescindível o trabalho conjunto da família, da comunidade e dos gestores da educação

1.2 OBJETIVO GERAL DO TRABALHO

O objetivo geral do projeto técnico é propor a implementação do “ Programa Mais Educação” na Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida.

A escola está localizada em um bairro de baixa renda, onde há problemas relacionados ao uso de drogas, vandalismos e outros problemas sociais.

Dentro deste contexto, há uma correlação que devido ao local de vulnerabilidade em que se encontra uma escola, aumentam os problemas com aprendizado, evasão escolar, reprovação e nível cultural.

Com a proposta do projeto, espera-se que com a permanência integral dos alunos na escola, diminua a exposição dessas crianças aos problemas da vulnerabilidade social, aumente o a renda familiar, pois muitas mães poderão sair de casa para trabalhar sendo que seus filhos estarão bem cuidados e protegidos dentro do ambiente escolar

Na parte pedagógica o objetivo é manter a formação continuada dos professores, para que desenvolvam uma nova postura profissional frente a este desafio que a educação integral exige.

1.3 OBJETIVO ESPECÍFICO

- Proporcionar diversidade e riqueza de convívio aos alunos por meio de práticas pedagógicas.
- Melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).
- Tirar as crianças das ruas, diminuindo dessa forma a exposição ao risco da vulnerabilidade social.
- Criar a oportunidade para as mães poderem trabalhar fora, dando-lhes a segurança que seus filhos estão protegidos enquanto estão na escola.
- Aumentar o envolvimento da comunidade e da família nos projetos escolares, fortalecendo essa parceria que é imprescindível para o sucesso desta política pública. .

1.4 JUSTIFICATIVA DO OBJETIVO

A qualidade da educação no Brasil tem sido muito questionada nos dias atuais. Tem se comparado nosso nível de ensino com o de outros países, devido ao padrão definido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento da educação Básica (OCDE). Por meio dessa comparação, pode-se avaliar o sistema educacional de um país em relação aos outros, verificando suas deficiências e também a eficácia das políticas aplicadas na educação.

Para enfrentar o desafio de melhorar os índices de qualidade do ensino, o Ministério da Educação criou programas e métodos avaliativos para acompanhar o desenvolvimento das políticas públicas implantadas.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um deles e oferece formação continuada aos professores e coordenadores, visando reforçar a alfabetização e o conhecimento na vida das crianças (Educar Transforma, 2015).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é um indicador que permite medir a qualidade de ensino por meio de exames padronizados, juntamente com o índice de rendimento escolar (taxa de aprovação)

Em 2008 teve início o Programa Mais Educação, com o objetivo de ampliar a jornada escolar e oferecer diversidade de conhecimentos, riqueza de experiências, tornando a educação integral uma experiência no combate a evasão escolar e uma inovação sustentável ao longo do tempo (Educação Integral, 2009).

Diante desse contexto e baseada na importância da educação para a formação de uma sociedade de bem e pelas situações que presenciei acompanhando o dia-dia da escola, considere alguns fatos relevantes e constatei problemas que podem ser amenizados e solucionados em longo prazo.

O problema principal se deve ao fato de muitas crianças brincarem nas ruas após o horário de aula estando mais expostas aos riscos que a comunidade enfrenta.

Estando na escola as crianças recebem alimentação com acompanhamento de nutricionista, melhores condições no desenvolvimento da auto-estima, enriquecimento na construção do aprendizado e muitos outros benefícios. O envolvimento da família é de suma importância, pois um ambiente familiar afetivo melhora o desempenho escolar , e a com a parceria da comunidade todos tem a ganhar.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Políticas Públicas é tida por muitos autores como um conjunto de ações e decisões do governo em suas esferas federativas: União, Estados e Municípios, em prol da sociedade.

Segundo Rúa (2009) devido ao amplo e diversificado conceito da política pública, muitas pessoas referem-se à política pensando no momento eleitoral, nos candidatos e suas promessas muitas vezes não cumpridas. Essa visão da política acaba sendo prejudicial, pois a sociedade ao invés de fazer parte e exigir o planejamento e as ações para a formulação das políticas públicas acaba tornando-se cética e mantendo-se alheia as formulações das diretrizes políticas.

Até o início de 1930 a economia do Brasil era uma economia agrícola, pois 70% de sua população viviam na zona rural. O que caracterizava o Estado brasileiro no período de 1920 até 1980 era seu caráter desenvolvimentista, conservador, centralizador e autoritário. O Estado era o promotor do desenvolvimento e não o transformador das relações da sociedade.

As políticas públicas se caracterizavam pela centralização financeira e decisória na esfera federal, a sociedade civil tinha uma participação mínima no processo de formulação e implementação dos programas políticos, pois a incorporação da sociedade civil era escolhida seletivamente e os mecanismos de articulação entre governo e sociedade eram poucos.

Esta relação entre sociedade e Estado, as formas de interação e comunicação entre ambos incorporam fatores culturais. As formas de organização, o poder de pressão e articulação dos diferentes grupos sociais no processo de reivindicações de demandas de políticas públicas, são fatores fundamentais para a conquista dos direitos sociais.(HOFLING, 2001)

O surgimento de políticas públicas desenvolvidas com a participação dos cidadãos está relacionada com as mudanças na matriz sociopolítica por meio de um maior questionamento sobre o papel do Estado como principal agente indutor das políticas sociais “ A Efetiva participação requer princípios para o desenvolvimento da

legitimidade democrática: a igualdade e o pluralismo políticos, a deliberação e a solidariedade”. (Educar em Revistas, 2008, p. 116).

Desde a reforma da constituição em 1988, o Brasil teve um crescimento na implementação de novas políticas públicas, aumentando a cobertura nas áreas de saúde, educação e assistência social, destacando a importância dos direitos sociais e a responsabilidade pública, preocupando-se com a redução de desigualdades e o bem estar social da população.

A criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8069) que completou 25 anos de vigência é um bom exemplo de que a formulação e planejamento adequados dentro da política podem mudar índices desfavoráveis a qualidade da educação. Por meio do estatuto muitos problemas sociais foram amenizados e controlados. O estatuto garante direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar, proporcionando desenvolvimento físico, mental, moral e social e preparando crianças e jovens para a vida adulta em sociedade.

A Agência Brasil e a UNICEF mostram que desde a aprovação do ECA, o Brasil reduziu 64% a evasão escolar de crianças e adolescentes e reduziu 88% a taxa de analfabetismo na faixa de 10 e 18 anos e baixou significativamente a taxa de mortalidade infantil. Mas ainda é preciso superar problemas como homicídios de adolescentes que cresceram 110% de 1990 até 2013. “ Há 25 anos o Brasil tomou a decisão certa. Uma legislação que alinhou o país aos princípios da Convenção Internacional dos Direitos da Criança da Nações Unidas”, disse o representante do UNICEF, Gary Stahl. (Agência Brasil, 2015).

2.2 FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO

Entrando no contexto da educação no Brasil, a aplicação das políticas públicas emergem dilemas e conceitos variados. O universo se estende desde a Educação Infantil até a Universidade, um amplo leque que do qual emergem muitos

problemas dos quais podemos destacar segundo a opinião de Nadia Gaiofatto Gonçalves:

“a primazia da universalização do acesso à educação básica e a manutenção e desenvolvimento da qualidade do ensino; no ensino médio, opõem-se os defensores da formação que verse sobre diversos domínios do conhecimento e aqueles que sustentam a necessidade da especialização e do caráter profissionalizante; no ensino superior, debate-se o acesso universal e gratuito, de um lado, e, de outro, o Estado como regulador e financiador de instituições privadas; e, na gestão escolar, defende-se a gestão democrática, estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mas enfrentam-se dificuldades institucionais e culturais para implementá-la nas instituições escolares. Educar em Revista (2008, p. 13).

A responsabilidade pela educação escolar no Brasil é compartilhada entre as três esferas públicas. Aos municípios é dada a responsabilidade da educação infantil e ensino fundamental, aos estados o ensino médio, a União organiza e mantém a rede federal de ensino e apóia financeiramente os estados e municípios. A Constituição Federal estabelece que cada esfera de governo deve aplicar uma parte de suas receitas resultantes de impostos em educação, sendo 18% a parcela do governo federal e 25% a dos estados e municípios, mais uma contribuição social recolhida pelas empresas, destinada para financiamento da educação básica pública (Madeira, 2014).

A educação escolar no Brasil compreende três etapas: a educação infantil (para crianças com até 5 anos), o ensino fundamental (para alunos de 6 a 14 anos) e o ensino médio (para alunos de 15 a 17 anos). Durante esse longo período os alunos devem receber a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Além desse objetivo, a educação básica se preocupa em oferecer preparo para que os estudantes progridam em estudos posteriores, sejam eles no ensino superior ou em outras modalidades educativas.

A primeira etapa que é a educação infantil tem como foco principal o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social da criança. As atividades realizadas na escola são um complemento à ação das famílias e das comunidades, cada ano freqüentado a criança avança para novos conhecimentos e desafios. (Portal Brasil, 2016).

Em abril de 2013 uma emenda constitucional aprovada pelo Congresso Nacional em 2009 alterou a Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB), determinando que os pais matriculem os filhos na escola quando completarem 4 anos e não mais a partir dos 6 anos de idade. Além da obrigatoriedade da matrícula, a emenda constitucional também definiu uma carga horária mínima anual na educação infantil de 800 horas e controle de frequência dos alunos de pré-escolas. (Portal Brasil, 2016)

No Quadro 1 abaixo se destaca a defasagem no atendimento das crianças de 4 e 5 anos e o percentual reduzido dos jovens de 15 a 17 anos dentro da escola, além de muitos deles estarem ainda estudando nas etapas da educação básica.

Taxa de atendimento e população fora da escola por faixa etária (2013)						
	Taxa de atendimento de 4 e 5 anos (%)	Crianças de 4 e 5 anos fora da escola	Taxa de atendimento de 6 a 14 anos (%)	Crianças e Jovens de 6 a 14 anos fora da escola	Taxa de atendimento de 15 a 17 anos (%)	Jovens de 15 a 17 anos fora da escola
Brasil	87,9%	686.386	98,3%	503.408	83,3%	1.674.056
Norte	78,8%	131.951	97,2%	88.049	82,4%	178.928
Nordeste	92,6%	129.799	97,8%	202.485	82,1%	555.502
Sudeste	90,5%	205.584	98,9%	126.937	85,3%	560.286
Sul	80,4%	143.822	98,6%	51.892	81,6%	245.812
Centro-Oeste	82,5%	75.230	98,4%	34.045	82,4%	133.528

Fonte: IBGE - Pnad 2013.
Nota: As estimativas levam em consideração a idade em anos completos em 31 de março. Na taxa são excluídos da população de 4 a 17 anos, aqueles que já concluíram o Ensino Médio.

QUADRO 1 – TAXAS DE ATENDIMENTO POR FAIXA ETÁRIA
FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO IBGE – PNAD 2013.

As desigualdade na escolaridade dos brasileiros, os quais abrangem renda, raça/etnia, sexo, pertencimento territorial (urbano/rural e região), há segmentos da população cujos índices de escolaridade são piores: aqueles que vivem em famílias com renda *per capita* mais baixa; os pretos e pardos; os mais velhos; aqueles que vivem no meio rural; e aqueles que vivem nas regiões norte e nordeste no Brasil. (Corbucci, 2009, apud Madeira ET al., p. 201)

2.3 EDUCAÇÃO INTEGRAL – PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

Presente na legislação Educacional brasileira, o Programa Mais Educação é uma estratégia do governo federal para a implantação da educação escolar integral no Brasil contemporâneo. A Lei nº 10.172/2001 refere-se à educação Integral como possibilidade de educar e proteger nossas crianças e adolescentes, sua meta é a ampliação da jornada escolar para sete horas.

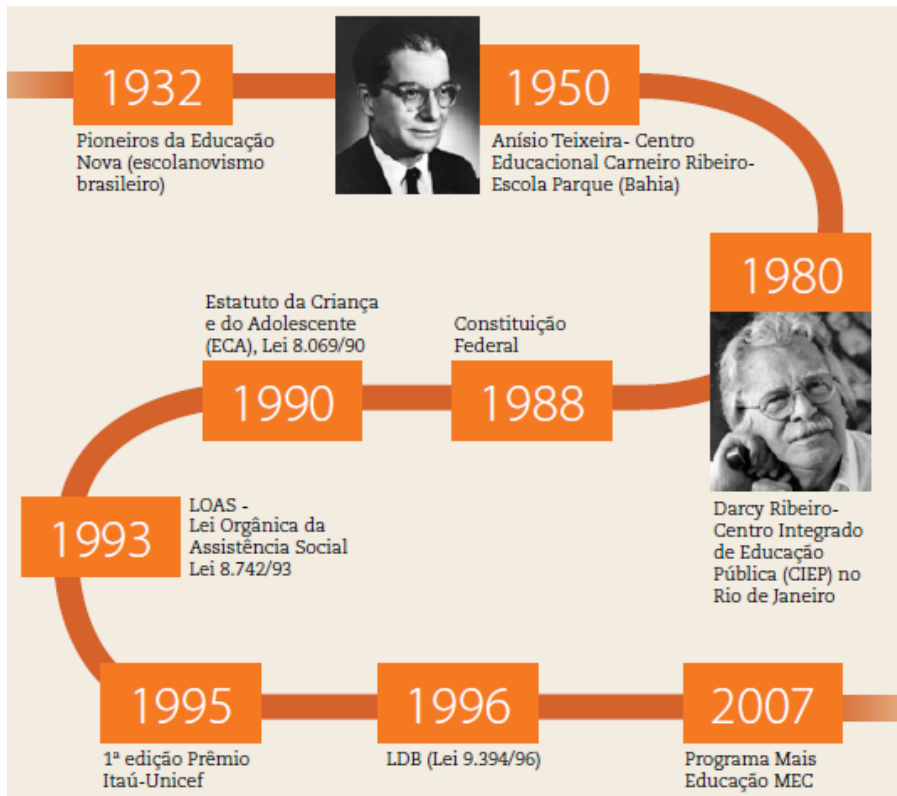
Com as injustiças que persistem na educação pública brasileira, o Ministério da Educação tomou como base a perspectiva de universalizar o acesso, a permanência e a aprendizagem na escola, construindo uma ação participativa entre entes federados, sociedade civil, atores dos processos educativos, com o objetivo de superar as desigualdades e melhorar a qualidade da educação pública.

O projeto da educação integral no Brasil já é discutido desde a década de 30 conforme ilustração do QUADRO 2, quando o Movimento Integralista defendia, tanto a partir dos escritos de Plínio Salgado, seu chefe nacional, quanto daqueles desenvolvidos por militantes representativos do Integralismo, suas opiniões e ações baseavam-se numa educação nacionalista cívica, disciplinada, caracterizadas como políticas conservadoras.

Anísio Teixeira (1900-1971), foi um dos mentores intelectuais e idealizador das grandes mudanças que marcaram a educação brasileira no século 20 ao se projetar para além do papel de gestor educacional e atuar como um grande filósofo da educação no Brasil. Teixeira se inspirou na filosofia de John Dewey (1852-1952), de quem foi aluno ao fazer pós-graduação nos Estados Unidos.

Anísio Teixeira colocou suas teses em prática no Centro Educacional Carneiro Ribeiro de educação integral, implantado em Salvador na Bahia, na década de 1950. Nesse Centro as atividades, historicamente entendidas como escolares, sendo trabalhadas nas Escolas-Classe, bem como outra série de atividades acontecendo no contra turno escolar, no espaço que o educador denominou de Escola-Parque. Na década de 1960, a fundação da cidade de Brasília trouxe consigo vários centros educacionais, construídos nessa mesma perspectiva. “Essas experiências e concepções permitem afirmar que a Educação Integral se caracteriza pela ideia de uma formação mais completa possível para o ser humano,

embora não haja consenso sobre o que se convencionou chamar de formação completa e, muito menos, sobre quais pressupostos e metodologias a constituiriam” (Educação Integral, 2009).



QUADRO 2 – HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL
 FONTE: PERCURSOS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL - 2013

Na cidade de Apucarana, no Paraná, o período integral está em funcionamento desde 2001, tendo sido regulamentado pela Lei Municipal nº 90/01. O programa procura ir além da divisão de turno e contra turno, procurando no educador um profissional para estimular nos alunos os aspectos cognitivos, político-sociais, culturais e afetivos. Para tanto foi preciso fazer parcerias com a comunidade, destacando-se a participação de empresas, instituições de ensino superior, clubes de serviço, associações, instituições militares, ONGs, famílias, voluntários e outros. O esforço da cidade de Apucarana motivou municípios como Porecatu, Realeza, Castro, Mauá da Serra, Paranaguá, Telêmaco Borba, Cornélio Procópio, Sertanópolis no Paraná, e Penápolis no Estado de São Paulo, dentre

outros, que já implantaram o Programa a partir do conhecimento da experiência *in loco*.

Podemos notar que essas experiências são frutos de governos municipais, estaduais e federal, com a participação da sociedade civil, potencializando uma demanda pela melhoria na qualidade da educação, fora dos territórios escolares.

A multiplicidade de funções que a escola representa hoje é um grande desafio para seus gestores. Há um duplo sentido quando se fala em educação integral, para educação protetora. Quando se aumentam as formas de atendimento, cabe à escola assumir um papel que, para uns, a descaracteriza da sua função principal e , para outros a faz assumir um amplo espaço social.

3 DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

3.1 DESCRIÇÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO

A Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida – Ensino Infantil e Ensino Fundamental é uma instituição de ensino da rede municipal de Rio Negro, localizada na rua Frei Eraldo Frei Maria s/n - Bairro Alto.

Inaugurada em Abril de 1986, atualmente oferece os cursos de Educação Infantil e Ensino Fundamental de 1º ano ao 5º ano. Construída em um terreno de 3.116,00m², sendo 1.501,97m² de área construída. Divide hoje o espaço físico com o Colégio Estadual Alvino Schelbauer de Ensino Fundamental e Ensino Médio, mantido pelo governo estadual.

A cidade de Rio Negro possui atualmente 33.395 mil habitantes (estimativa IBGE), sendo ao todo 7.234 matrículas na rede de ensino (QUADRO 3). Ao todo são 14 escolas municipais de Ensino Infantil e Fundamental, 5 creches municipais que atendem crianças a partir de 4 meses de idade. Apenas uma escola do município em todo o município de e oferece período integral, A Escola Nossa Senhora Aparecida atende 302 alunos, tem 24 professores, 5 servidores públicos e 2 estagiárias. Possui 15 salas, sendo 10 salas de aula, 1 biblioteca, 1 sala de informática, 1 quadra esportiva coberta , 1 área coberta, parquinho e demais dependências. As turmas são divididas em turnos matutino e vespertino, mas não possui nenhuma turma de período integral.

Ensino - Matrículas, Docentes e Rede Escolar - 2012		
Matrícula - Ensino fundamental	4.271	Matrículas
Matrícula - Ensino médio	2.124	Matrículas
Matrícula - Ensino pré-escolar	839	Matrículas

QUADRO 3 – NÚMERO DE ALUNOS MATRÍCULADOS EM 2012– RIO NEGRO/PR
 FONTE: IBGE - 2016

3.2 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

O conceito de práxis se usa para distinguir a atividade humana da atividade animal. De acordo com Aranha (2006) qualquer ação humana é sempre carregada de teoria e prática, não existe anterioridade nem superioridade entre uma ou outra, mas sim reciprocidade, convém também entender a práxis em seu contexto social, pois as idéias, ações, interações se realizam entre pessoas e grupos. A prática de uma idéia se transforma em ação. “ O trabalho é a ação transformadora dirigida por finalidades conscientes.” (Aranha, 2006, pg.75)

Diagnosticar o problema em questão foi algo a ser formado dia a dia, pois com o convívio que tive oportunidade de ter e vivenciar dentro da instituição de ensino, pude observar e participar de situações problemas, das quais existem soluções. Estes problemas podem se tornar desafios maiores a serem enfrentados ao longo do tempo se não forem amenizados e controlados.

Tais problemas estão relacionados a falta de estrutura familiar, onde pude constatar que muitas crianças são cuidadas pelos avós, dos quais não tem uma estrutura para educar uma crianças devido a problemas de saúde pertinentes a idade que possuem.

A maioria dos moradores são de baixa renda, sendo que mais de 50% dessas famílias de acordo com o Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE) dependem do bolsa família, isso quer dizer que a renda familiar é insuficiente para manter as necessidades básicas.

Em função do nível sociocultural e baixa renda se desenvolveu um comércio de drogas, vândalos e outros problemas afins. Este é um grande fator de risco que muitas crianças estão expostas, principalmente na faixa etária acima de 10 anos, onde sem os cuidados de um adulto ou por negligência dos próprios pais e familiares, as crianças faltam à escola.

Entre pesquisas, observações e entrevistas conheci o programa “ Mais Educação”, que se refere a jornada escolar integral de 7 horas diárias; e considero que o programa ajudaria a melhorar a situação de muitas crianças e famílias desta comunidade, que se encontram em situação de pobreza e pouca estrutura familiar.

A eficiente qualidade na educação, amplia a garantia dos demais direitos ligados a saúde e bem estar social.

4. PROPOSTA TÉCNICA PARA SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

4.1 PROPOSTA TÉCNICA

A escola é o lugar de aprendizagem e desenvolvimento social, mas não devemos tomá-la como único parâmetro de educação. O sucesso da implantação de um programa educativo requer a parceria dos profissionais da área de educação, saúde, esportes, gestores, e principalmente o comprometimento da família e da comunidade.

De acordo com o texto referência de Educação Integral, o Programa Mais Educação é operacionalizado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SEB), por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para as escolas prioritárias.

Baseado neste contexto, as principais estratégias se referem a formar um grupo de trabalho focado no período integral, com amplos conhecimentos das diretrizes educacionais, na demanda de profissionais qualificados, nas escolhas das atividades desenvolvidas em cada disciplina.

O Mais Educação Passo a Passo (2006, Pg.8.), apresenta as atividades e seus macrocampos as quais as próprias escolas podem escolher e se organizar conforme sua realidade, no caso para a escola em questão:

- Acompanhamento Pedagógico;
- Meio Ambiente;
- Esporte e Lazer;
- Direitos Humanos em Educação;
- Cultura e Artes;
- Cultura Digital;
- Promoção da Saúde;
- Educomunicação;
- Investigação no Campo das Ciências da Natureza;
- Educação Econômica e Cidadania.

Dentro das diretrizes que o programa propõe e considerando que os principais objetivo para a Escola Nossa Senhora Aparecida é aumentar o índice do Ideb, diminuir as desigualdades educacionais, retirar das ruas as crianças em

situação de risco, do trabalho doméstico e sem assistência familiar; a melhor estratégia é a implantação da Educação Integral.

A educação integral abre espaço também para os profissionais da educação e agentes culturais (monitores, estudantes universitários com formação específica nos macrocampos), observando-se a Lei nº 9.608/1998, com objetivo de formar uma equipe que fortaleça as relações de confiança e solidariedade, capazes de influenciar positivamente os jovens educadores que estão iniciando na profissão com a liberdade de criar novos métodos de ensino.

4.2 PLANO DE IMPLANTAÇÃO

A escola Nossa Senhora Aparecida tem um espaço físico favorável para o período integral, pois possui biblioteca, sala de informática, quadra de esportes, parquinho e pátio coberto, dinamizando e enriquecendo dessa forma as atividades pertinentes ao programa.

O plano de implantação visa começar apenas com as turmas do 4º e 5º Ano, pois a escola não possui salas suficientes e refeitório para todos os alunos devido dividir no momento o espaço físico com o Colégio Estadual. A prioridade aos alunos do 4º e 5º ano se dá pelo fato desta faixa etária estar mais vulnerável aos riscos sociais da comunidade.

A Educação Integral requer um grande comprometimento do diretor(a) da escola, seu papel é incentivar a participação de todos, compartilhando informações e decisões com professores, funcionários, alunos, comunidade. O diretor(a) é o mediador que promoverá a participação de todos os segmentos da escola nos processos de tomada de decisão, elaboração de estratégias, contratação de profissionais, aplicação dos recursos, por isso o seu comprometimento e envolvimento é muito importante para a realização das estratégias propostas.

A comunidade e as famílias deverão ser informadas e conscientizadas da importância da sua participação, pois após a implantação do programa a frequência do aluno é obrigatória.

Os recursos para manter o programa são oriundos do Ministério da Educação e para isso é necessário fazer um plano de atividade que será aprovado. As informações são coletadas pelo Censo Escolar, por isso a importância da fidedignidade dos dados repassados. Conforme as atividades escolhidas, as escolas podem adquirir kits de material esportivo, instrumentos musicais, materiais de consumo e permanentes e repasses para pagamentos de monitores e tutores, observando-se a Lei nº 9.608/1998. Com a disponibilidade financeira, é necessário que a escola realize um planejamento de execução. Dessa forma, a escola deverá reservar os recursos destinados ao ressarcimento de monitores e a aquisição dos materiais necessários ao desenvolvimento das atividades. Todas as despesas e os materiais adquiridos, respeitadas as respectivas categorias econômicas de custeio e capital deverão estar voltados às atividades do Programa Mais Educação.

Há grande importância no planejamento, pois os seguintes quesitos deverão ser levados em consideração:

- a) Carga horária de no mínimo 7 horas e carga anual de 1.400 horas;
- b) Planejar horário de começo e término, horários de intervalo para almoço e lanches;
- c) Número de alunos;
- d) Quantidade de profissionais necessários para contratação e formação do corpo docente;
- e) Estudo do espaço físico a ser utilizado;
- f) Planejamento e elaboração das atividades a serem implantadas;
- g) Planejamento do cronograma para as atividades;
- h) Levantamento dos recursos materiais, humanos e financeiros necessários;
- i) Como levar as informações até os pais e a comunidade e envolvê-los neste projeto.
- j) Elaboração do novo Regimento Escolar, conforme a Lei nº 5.692/71.

4.3 RESULTADOS ESPERADOS

É um grande desafio os primeiros passos para educação integral, pois envolve uma grande quantidade de atores, uma nova estrutura, o comprometimento com a eficiência, pois estamos falando na transformação de uma sociedade, na formação de crianças que se encontram em desigualdade social.

O projeto já é realidade em muitas escolas do Brasil e por meio de relatos e experiências baseadas nesta realidade, as escolas alcançaram seus objetivos e em muitos casos além de suas expectativas.

O programa tem muitos pontos positivos, seja por meio das práticas pedagógicas, na autonomia para criar as atividades e envolver as crianças, na aplicação correta dos recursos e na possibilidade de envolver a comunidade e as famílias, estreitando laços entre escola, família e comunidade. Importante também é compreender que os aspectos econômicos, sociais e culturais precisam ser respeitados e considerado o momento contemporâneo que estamos, o qual reflete em todo o processo educativo.

Reunindo todos os esforços necessários, a contribuição e a solidariedade dos atores envolvidos, espera-se que o projeto obtenha resultados positivos em prol de toda uma sociedade.

Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões, punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber que vai além do saber da pura experiência feita, que leve em conta suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transformar-se em sujeito de sua própria história. A participação popular na criação da cultura e da educação rompe com a tradição de que só a elite é competente e sabe quais são as necessidades e interesses de toda a sociedade. A escola deve ser também um centro irradiador da cultura popular, à disposição da comunidade, não para consumi-la, mas para recriá-la. A escola é também um espaço de organização política das classes populares. A escola como um espaço de ensino-aprendizagem será então um centro de debates, idéias, soluções, reflexões, aonde a organização popular vai sistematizando sua própria experiência. (Pedagogia do Oprimido, 1991, p.16).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo apresentar um projeto, o qual já é aplicado em muitas escolas do Brasil, inclusive do próprio município de Rio Negro, para dentro da realidade da Escola Nossa Senhora Aparecida.

Implantar o período integral é valorizar as várias formas de conhecimento e expressões, proporcionando riqueza de convivência, diminuindo as diferenças sociais, construindo respeito aos direitos humanos. Este é o objetivo que se quer chegar, mas há uma grande jornada de trabalho para alcançar os resultados almejados.

Há décadas a educação é fruto de debates na política e entre gestores da educação e infelizmente a qualidade de ensino do Brasil comparado ao de outros países não é favorável. No ranking mundial de qualidade de educação nós ocupamos a 60º posição segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, no qual foram considerados 76 países (Desidério, 2016). Diante deste resultado podemos afirmar que nossa educação precisa de novas diretrizes educacionais, mudanças na grade curricular e mais investimentos por parte do governo para que possamos melhorar nossa posição neste ranking. Estamos num mundo globalizado, as transformações acontecem dia-a-dia, na tecnologia, na ciência, e a escola precisa repensar e se reestruturar para fazer frente aos novos avanços do século XXI.

Fazer com que a comunidade e a família se envolvam e se comprometam com a educação de seus filhos é um grande ganho para melhorar o aprendizado e conseqüentemente a qualidade de ensino. A escola não deve ser tomada como o único parâmetro de educação, é preciso que se forme um elo entre família, escola e comunidade, para que juntos consigam os resultados positivos que proporcionaram melhor qualidade de vida e um futuro promissor para as nossas crianças.

REFERÊNCIAS

BEATRIZ PENTEADO LOMONACO . Fundação Itaú Social (Org.). **Percursos da Educação Integral**. São Paulo: Cenpec, 2013. 188 p. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/percurso_ei.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente** – LEI 8069/90. Brasília: Congresso Nacional, 1990.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LEI 9394/96. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

BRASIL, **Plano Nacional de Educação** – LEI 10.172/01. Brasília: Congresso Nacional, 2001.

BRASIL, **Serviço Voluntários** – LEI 9.608/1998. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

EDUCAÇÃO INTEGRAL : texto referência para o debate nacional. - Brasília : Mec, Secad, 2009.

EDUCAR TRANSFORMA. São Paulo: Ática, jan. 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística.

IVAN RICHARD. Agência Brasil (Ed.). **Brasil reduziu evasão escolar em 64% com o ECA**. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-07/brasil-reduziu-evasao-escolar-em-64-com-o-eca-diz-unicef>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

HOFLING, ELOISA DE MATTOS. **Estado e políticas públicas sociais**. Campinas. CEDES . 2001, vol.21, n.55, pp. 30-41.

FREIRE, PAULO. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1996

LIGIA MORI MADEIRA . **Avaliação de Políticas Públicas**. Porto Alegre: Ufrgs, 2014. 254 p. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_37.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2016.

MARIANA DESIDÉRIO (São Paulo). **Brasil fica em 60º lugar em ranking mundial de educação**. 2016. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/brasil-fica-em-60o-lugar-em-ranking-mundial-de-educacao>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Mais Educação Passo a Passo**. Brasília, 2009. 30 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passoapasso_maiseducacao.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2016.

PORTAL BRASIL. (Org.). **Etapas do ensino asseguram cidadania para crianças e jovens**. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/04/etapas-do-ensino-asseguram-cidadania-para-criancas-e-jovens#>>. Acesso em: 18 jan. 2016.
RUA, MARIA DAS GRAÇAS. **Políticas públicas**. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009. 130p.

APÊNDICE 1 - FOTOS DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DA ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA APARECIDA.



FOTO 1 – ESPAÇO FÍSICO DA ESCOLA
FONTE: A AUTORA (2015)



FOTO 2 – SALA DE INFORMÁTICA
FONTE: A AUTORA (2015)



FOTO 3 – BIBLIOTECA
FONTE: A AUTORA (2015)



FOTO 4 - QUADRA COBERTA EM PARCERIA COM O COLEGIO ESTADUAL ALVINO SCHELBAUER

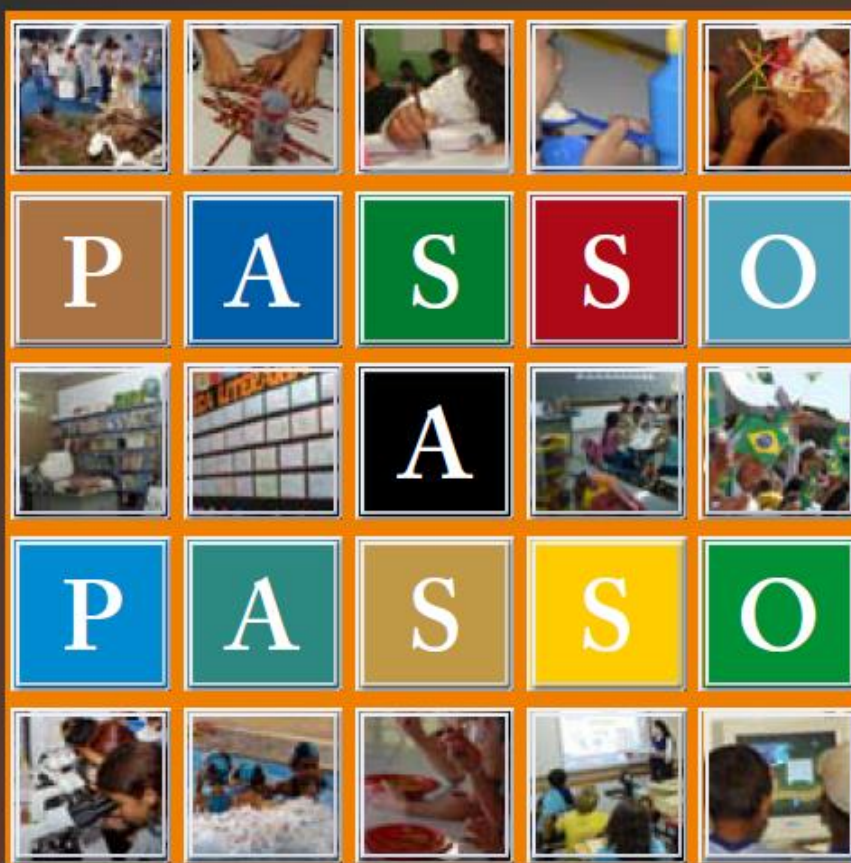
FONTE: A AUTORA (2015)



FOTO 5 – PARQUINHO

FONTE: A AUTORA (2015)

Programa Mais Educação



Apresentação

Como ideal de uma educação pública e democrática, a proposta de educação integral, presente na **legislação educacional brasileira**, compreende o ser humano em suas múltiplas dimensões e como ser de direitos. Partindo deste entendimento, a secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) incorporou em seus desafios a promoção da Educação Integral, e, com ela. A perspectiva de ampliar tempos, espaços, atores envolvidos no processo e oportunidades educativos em benefício da melhoria da qualidade da educação dos milhares de alunos brasileiros. Desse ideal constitui-se o **Programa Mais educação** como estratégia do governo federal para a promoção da educação integral no Brasil contemporâneo.

A educação que este Programa quer evidenciar é uma educação que busque superar o processo de escolarização tão centrado na figura da escola. A escola, de fato, é o lugar de aprendizagem legítimo dos saberes curriculares e oficiais na sociedade, mas não devemos tomá-la como única instância educativa. Deste modo, integrar diferentes saberes, espaços educativos, pessoas da comunidade, conhecimentos... é tentar construir uma educação que, pressupõe uma relação da aprendizagem para a vida, uma aprendizagem significativa e cidadã.

nhece as múltiplas dimensões do ser humano e a peculiaridade do desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens.

Esse ideal está presente na legislação educacional brasileira e pode ser apreendido em nossa Constituição Federal, nos artigos 205, 206 e 227; no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 9089/1990); em nossa Lei de Diretrizes e Bases (Lei n.º 9394/1996), nos artigos 34 e 87; no Plano Nacional de Educação (Lei n.º 10.179/2001), no Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Lei n.º 11.494/2007) e no Plano de Desenvolvimento da Educação.

O Programa Mais Educação atende, prioritariamente, escolas de baixo IDEB, situadas em capitais, regiões metropolitanas e grandes cidades em territórios marcados por situações de vulnerabilidade social que requerem a convergência prioritária de políticas públicas e educacional.

Foto: Agência Brasil/Marcelo Casal Jr.



Mais Educação 8 Passo a passo

2 Como funciona o Programa Mais Educação?

O Programa Mais Educação é operacionalizado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SEB), por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para as escolas prioritárias. As atividades fomentadas foram organizadas nos seguintes **macrocampos**:

- Acompanhamento Pedagógico;
- Meio Ambiente;
- Esporte e Lazer;
- Direitos Humanos em Educação;
- Cultura e Artes;
- Cultura Digital;
- Promoção da Saúde;
- Educomunicação;
- Investigação no Campo das Ciências da Natureza;
- Educação Econômica.

Em cada macrocampo foram definidas as atividades:

2.1 ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO

- Matemática;
- Letramento;
- Línguas Estrangeiras;
- Ciências;
- História e Geografia;
- Filosofia e Sociologia.

2.2 MEIO AMBIENTE

- Com-Vidas – Agenda 21 na Escola – Educação para Sustentabilidade;
- Horta escolar e/ou comunitária.

Mais Educação 9 Passo a passo

2.3 ESPORTE E LAZER

- Atletismo;
- Ginástica rítmica;
- Corrida de orientação;
- Ciclismo;
- Tênis de campo;
- Recreação/lazer;
- Voleibol;
- Basquete;
- Basquete de rua;
- Futebol;
- Futsal;
- Handebol;
- Tênis de mesa;
- Judô;
- Karatê;
- Taekwondo;
- Ioga;
- Natação;
- Xadrez tradicional;
- Xadrez virtual;
- Programa Segundo Tempo (ME).



2.4 DIREITOS HUMANOS EM EDUCAÇÃO

- Direitos humanos e ambiente escolar

Compreende-se Direitos Humanos em Educação na perspectiva da garantia das aprendizagens para todos nas possibilidades de convivência e respeito à diversidade humana.

Indica-se a organização das atividades por meio de oficinas, compreendidas como espaços-tempos para a vivência, a reflexão e o aprendizado coletivos e para a organização de novos saberes e práticas relacionadas aos direitos humanos: situações de defesa e afirmação x negação dos direitos humanos e suas implicações na organização do trabalho pedagógicos. Portanto, pressupõe-se este

Foto: Agência Brasil/Marcelo Casal Jr.



Mais Educação 10 Passo a passo

macrocampo em relação permanente com os outros macrocampos e atividades. Trabalhos interdisciplinares, projetos articuladores, grupos de estudos e de teatro, oficinas de psicodrama, passeios temáticos, campanhas alusivas ao tema dos Direitos Humanos etc., .

2.5 CULTURA E ARTES

- Leitura;
- Banda fanfara;
- Canto coral;
- Hip hop;
- Danças;
- Teatro;
- Pintura;
- Grafite;
- Desenho;
- Escultura;
- Percussão;
- Capoeira;
- Flauta doce;
- Cineclubes;
- Prática circense;
- Mosaico.



2.6 INCLUSÃO DIGITAL

- Software educacional;
- Informática e tecnologia da informação (PROINFO);
- Ambiente de Redes Sociais.

2.7 PROMOÇÃO DA SAÚDE

- Atividades de: alimentação saudável/alimentação escolar saudável, saúde bucal, práticas corporais e educação do movimento; educação para a saúde sexual, saúde reprodutiva e prevenção das DST/Aids; prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas; saúde ambiental; promoção da cultura de paz e prevenção em saúde a partir do estudo dos principais problemas de saúde da região (dengue, febre amarela, malária, hanseníase, doença falciforme, e outras). Propõe-se neste macrocampo aproximação / intersecção com as ações/reflexão do SPE/MEC.

Mais Educação 11 Passo a passo



Foto: Agência Brasil/Etiza Fiuza

2.8 EDUCOMUNICAÇÃO

- Jornal escolar;
- Rádio escolar;
- Histórias em quadrinhos;
- Fotografia;
- Vídeo.

2.9 INICIAÇÃO À INVESTIGAÇÃO DAS CIÊNCIAS DA NATUREZA

- Laboratório, feiras de ciências e projetos científicos.

2.10 EDUCAÇÃO ECONÔMICA E CIDADANIA

- Educação econômica e empreendedorismo;
- Controle social e cidadania.

Para saber mais sobre os macrocampos, suas respectivas atividades e ementas, acesse: ftp://ftp.fnde.gov.br/web/pdde/manual_pdde_2009_escola_integral.pdf

Mais Educação **12** Passo a passo

3 Quais crianças, adolescentes e jovens são atendidos pelo Programa Mais Educação?

Considera-se o objetivo de diminuir as desigualdades educacionais por meio da jornada escolar. Recomenda-se adotar como critérios para definição do público, os seguintes indicadores:

- estudantes que estão em situação de risco, vulnerabilidade social e sem assistência;
- estudantes que congregam seus colegas – incentivadores e líderes positivos (âncoras);
- estudantes em defasagem série/idade;
- estudantes das séries finais da 1ª fase do ensino fundamental (4º / 5º anos), nas quais há uma maior evasão na transição para a 2ª fase;
- estudantes das séries finais da 2ª fase do ensino fundamental (8º e/ou 9º anos), nas quais há um alto índice de abandono;
- estudantes de séries onde são detectados índices de evasão e/ou repetência.

Cada escola, contextualizada com seu projeto político-pedagógico específico e em diálogo com sua comunidade, será a referência para se definir quantos e quais alunos participarão das atividades, sendo desejável que o conjunto da escola participe nas escolhas.



Foto: Agência Brasil/Etiza Fiuza

Mais Educação **13** Passo a passo

4 Quais são os profissionais e agentes corresponsáveis pelo desenvolvimento das atividades de Educação Integral do Programa Mais Educação?

A Educação Integral abre espaço para o trabalho dos profissionais da educação, dos educadores populares, estudantes e agentes culturais (monitores, estudantes universitários com formação específica nos macrocampos), observando-se a Lei nº 9.608/1998, que dispõe sobre o serviço voluntário. Trata-se de uma dinâmica instituidora de relações de solidariedade e confiança para construir **redes de aprendizagem**, capazes de influenciar favoravelmente o desenvolvimento dos estudantes. Nessa nova dinâmica, reafirma-se a importância e o lugar dos professores e gestores das escolas públicas, o papel da escola, sobretudo porque se quer superar a frágil relação que hoje se estabelece entre a escola e a comunidade, expressa inclusive na conceituação de turno x contraturno, currículo x ação complementar. As atividades poderão ser acompanhadas por estudantes universitários, em processo de formação específica nos macrocampos e com habilidades reconhecidas pela comunidade, estes por estudantes do ensino médio e estudantes do EJA.

Experiências em curso, como a de Belo Horizonte, instituíram a figura do professor comunitário. Esse professor, com a constituição de coletivos escolares, coordena o processo de articulação com a comunidade, seus agentes e seus saberes, ao mesmo tempo em que ajuda na articulação entre os novos saberes, os novos espaços, as políticas públicas e o currículo escolar.

A secretaria designará, dentre os docentes nela lotados, um professor com preferencialmente 40 horas semanais para exercer a função de professor comunitário, e esse coordenará a oferta e a execução das atividades de Educação Integral.

É desejável que o debate acerca da educação integral mobilize toda a escola, mesmo os professores que não têm conhecimento

direto com o Programa Mais Educação. Trata-se de refletir acerca desta responsabilidade compartilhada com a família e com a sociedade que é a educação das novas gerações: qual é o horizonte formativo que a escola passa a vislumbrar com a presença dos estudantes?

5 Quem pode ser o professor comunitário?

Não há uma definição "fechada" sobre quem pode exercer a função de professor comunitário. Podemos apontar algumas características importantes. Sabe aquele professor solícito e com um forte vínculo com a comunidade escolar?

- Aquele que escuta os companheiros e estudantes, que busca o consenso e acredita no trabalho coletivo?
- Aquele que é sensível e aberto para as múltiplas linguagens e os saberes comunitários?
- Que apóia novas ideias, transforma dificuldade em oportunidade e se dedica a cumprir o que foi proposto coletivamente?
- Aquele que sabe escutar as crianças, adolescentes e jovens?
- Aquele que se emociona e compartilha as histórias e problemas das famílias e da comunidade?
- Um professor assim tem um excelente perfil.



Foto: Agência Brasil/Wilson Dias

Mais Educação **14** Passo a passo

Mais Educação **15** Passo a passo

6 Qual é o papel do diretor da escola?

O diretor da escola, por meio de sua atuação com o Conselho Escolar, tem o papel de incentivar a participação, o compartilhamento de decisões e de informações com professores, funcionários, estudantes e suas famílias. Nesse sentido, o trabalho do diretor também tece as relações interpessoais, promovendo a participação de todos os segmentos da escola nos processos de tomada de decisão, de previsão de estratégias para mediar conflitos e solucionar problemas. Cabe ao diretor promover o debate da Educação Integral nas reuniões pedagógicas, de planejamento, de estudo, nos conselhos de classe, nos espaços do Conselho Escolar. Isso porque a Educação Integral representa o debate sobre o próprio projeto educacional da escola, da organização de seus tempos, da relação com os saberes e práticas contemporâneos e com os espaços potencialmente educacionais da comunidade e da cidade. O resultado esperado é o envolvimento de toda a comunidade, em especial dos estudantes, em um ambiente favorável à aprendizagem. Cabe também ao diretor garantir a tomada coletiva das decisões acerca das escolhas pressupostos pelo Programa Mais Educação e garantir a transferência (exposições, prestação de contas dos recursos recebidos).

Foto: Agência Brasil/Wilson Dias



Mais Educação 16 Passo a passo

7 Como posso fazer Educação Integral em minha escola, sem o apoio financeiro do Programa Mais Educação?

A escola poderá contar com o apoio financeiro dos governos municipais e estaduais. No Brasil, existem experiências de Educação Integral que começaram antes da aprovação do FUNDEB e nem todas contaram com apoio financeiro do MEC. Nos casos em que as próprias secretarias de educação não dispõem de recursos financeiros, a escola poderá ofertar atividades educacionais complementares que comecem a ensinar o debate acerca da Educação Integral, selecionadas dentre as atividades sugeridas pelo Programa Mais Educação e adaptadas às condições reais da escola. Essas atividades, com turmas formadas por estudantes de diferentes séries e classes, serão realizadas no turno inverso ao das aulas regulares, planejadas em conformidade com o projeto político pedagógico da escola. É importante ressaltar que o critério para cômputo da matrícula em Educação Integral no Censo Escolar observa o mínimo de sete horas diárias.

Foto: Agência Brasil/Wilson Dias



Mais Educação 17 Passo a passo

8 Como faço, se minha escola não tem espaço?

1º PASSO

"É preciso toda uma aldeia para educar uma criança".

Provérbio africano

O espaço físico da escola não é determinante para a oferta de Educação Integral. O reconhecimento de que a escola não tem espaço físico para acolher as crianças, adolescentes e jovens nas atividades de Educação Integral não pode desmobilizar. O mapeamento de espaços, tempos e oportunidades é tarefa que deve ser feita com as famílias, os vizinhos, enfim, toda a comunidade.

Depoimento:

Quando a gente pensa em identificar potenciais do bairro que possam ser objeto de um programa de Educação Integral, sempre aparece "Ah! Cinema, teatro, centro cultural..." e não tem nada disso nos bairros de Nova Iguaçu! E aí esse era o grande desafio. O pessoal ia para fazer mapeamento, voltava e falava "não tem nada..." como não tem nada? Volta de novo! "Não... não tem nada." E aí um dia, a gente falou "gente, tem **gente** e sonda tem gente as pessoas se relacionam, descobre que lugares são esses, que são esses nossos parceiros!" E aí a gente identificou uma igreja, uma associação, um campo, um salão de festas, e aí fomos conversar com essas pessoas, com essas instituições e ver de que forma a gente poderia trabalhar com a ociosidade desses espaços.

Maria Antônia Goulart
Bairro Escola / Nova Iguaçu - RJ
In: O Direito de Aprender (vídeo)

Mais Educação 18 Passo a passo

Inicialmente, é importante mapear os espaços da escola e os da comunidade, verificando quais atividades é possível desenvolver e como fazê-lo. Imagine esse mapeamento no quadro abaixo:

	Espaços	Horários Disponíveis	Atividades
Na escola	- Biblioteca - Pátio coberto - Sala de leitura		
Na comunidade	- Sala paroquial - Espaço dos escoteiros		
Em outros espaços	- Museu da cidade - Pátio do Corpo de Bombeiros		

Muitas vezes, a escola tem uma sala onde são deixadas somente as caixas com os materiais que o MEC envia! Os manuais, os livros, os jogos devem chegar nas mãos de quem precisa deles. Vamos lá, professor! Distribua os materiais! Faça uma estante e ponha os livros no canto da sala que vira uma biblioteca! Esvazie a sala e tenha um espaço a mais para as atividades de Educação Integral!

Vamos redistribuir os espaços na escola e fora da escola!



Mais Educação 19 Passo a passo

9 As atividades de Educação Integral dialogam com o que a escola já faz?

2º PASSO

No contexto em que se preconiza a Educação Integral, o projeto político pedagógico deve ser construído considerando as experiências que são vividas na escola, sem ficar restrito ao ambiente de sala de aula e aos conteúdos que representam os conhecimentos científicos. Nesse sentido, é preciso oferecer às crianças, adolescentes e jovens diferentes linguagens, e valorizar suas vivências, modificando o próprio ambiente escolar e a produção do conhecimento. As diferentes formas que as crianças, os adolescentes e os jovens utilizam para se expressar são as suas linguagens, por meio das quais demonstram o que sentem e pensam sobre o mundo que os cerca. Tais linguagens não podem ser ignoradas e devem estar presentes na organização do espaço escolar, em diálogo com os saberes institucionalizados. Em um mundo onde as mudanças são cada vez mais rápidas, é necessário trabalhar com diferentes saberes.



As atividades para as crianças e jovens participantes da Educação Integral devem estar relacionadas às atividades que já são desenvolvidas na escola, que é uma só. Seu projeto político-pedagógico, por ser o documento que traduz a filosofia e a forma de organização pedagógica e curricular, traduz as intenções e relações estabelecidas entre todas as atividades desenvolvidas no ambiente educativo. É preciso pensar um continuum no tempo escolar que está sendo ampliado.

A organização curricular contempla não só os conteúdos que são desenvolvidos com os alunos, mas todas as intenções educativas da instituição. Diz respeito tanto aos conhecimentos de situações formais e informais, assim como aos conteúdos e situações que a escola propõe como vivência aos seus alunos e às diferentes relações estabelecidas na condução desse processo.

Nessa perspectiva, a concepção de Educação Integral também aparece explicitada no projeto político-pedagógico da escola, mostrando as interfaces que são estabelecidas no desenvolvimento do trabalho educativo.

Para isso, é importante que seja mapeado o que a escola já faz.

1º) Inicie em sua escola uma avaliação e um levantamento de sugestões com os educadores, a partir das seguintes questões:

- Qual a concepção que os educadores possuem de Educação Integral?
- A escola já oferece atividades para os alunos em turno inverso ao turno de aula? Quais são?
- Como são desenvolvidas essas atividades? Quais alunos frequentam essas atividades?
- Com quais recursos (humanos e materiais)?
- Quem desenvolve essas atividades? Com quem mais a escola poderia contar?

- São realizadas parcerias para o desenvolvimento dessas atividades?
- Como a escola organiza o ambiente escolar para o desenvolvimento dessas atividades?
- Como é a convivência na escola? Como será essa convivência com o desenvolvimento de um número maior de atividades? Como qualificar a convivência na escola?
- Se ainda não são desenvolvidas atividades de Educação Integral, quais atividades poderiam ser mais adequadas? Como elas serão desenvolvidas?

2º) A partir da busca de respostas e do levantamento obtido, organize-as da seguinte forma:

- a) concepções de Educação Integral;
- b) atividades que a escola já realiza em turno inverso ao de aula, nos finais de semana (escola aberta) e, ainda, para enriquecer as aulas;

- c) atividades que a escola poderia realizar em turno inverso ao de aula;
- d) as parcerias estabelecidas com instituições externas à comunidade ou parcerias que seriam possíveis.

Exemplos: atividades pensadas para datas comemorativas; os grupos que já participaram de peças de teatro, jograis, apresentações culturais diversas; os grupos que utilizam o espaço da escola para práticas esportivas; a destinação de espaços para encontros de grupos, para auxílio na realização das tarefas escolares; a abertura dos laboratórios de informática para uso dos alunos; as experiências de palestras e projetos empreendidos por instituições, voluntários, universidades, ONGs; as projeções de filmes; as exposições artísticas e culturais, excursões e outras.

3º) Proponha um momento de reflexão e estudo com os educadores sobre o significado de Educação Integral; para isso, conheça as experiências por meio dos materiais distribuídos pelo MEC e outras instituições. Acesse o site do MEC (www.mec.gov.br).

4º) Proponha um momento de reflexão e estudo para repensar o projeto político-pedagógico da escola e para reescrevê-lo, contemplando a concepção de Educação Integral adotada pela escola e descrevendo as atividades.

5º) Transforme essas experiências de reflexão e estudo em um momento de planejamento, por meio do qual, em linhas gerais, serão colocadas em prática as atividades de Educação Integral inspiradas nos macrocampos.

O processo de reelaboração do projeto político-pedagógico contemplando a Educação Integral e a elaboração do planejamento prevendo as atividades, os responsáveis e corresponsáveis, quando, onde e com quais recursos essas atividades serão realizadas, permitirá que você e seu grupo de educadores reflitam sobre as atividades desenvolvidas na escola. Então, é hora de passar para o próximo passo.



10 ... mas, na hora H, na prática, como é isso?

3º PASSO

Como fazer acontecer as atividades na escola?

1º) É importante que seja definido o professor comunitário da escola, pois ele tem a atribuição de coordenar as atividades. Assim, agora vamos nos dirigir a ele.

2º) Planejamento
Professor comunitário!

Chegou a hora de planejar diretamente como irão acontecer as atividades de Educação Integral, para isso estamos sugerindo um quadro de trabalho que você poderá reproduzir e preencher para auxiliar no planejamento das atividades. É muito importante que a proposta de atividades e os critérios sejam discutidos com as famílias para que haja adesão voluntária. Veja os quadros a seguir.

3º) Sugestões de grade curricular (vide página 26)

Modelo – Organização dos recursos e do espaço

Quais serão os macrocampos e as atividades? Haverá lanche? Haverá almoço?	Onde funcionará? Quem prepara a alimentação?	Quando funcionará?	Quem serão os responsáveis? Quem fica com as crianças na hora do almoço?	O que será necessário? Onde buscar? (Custos, Recursos materiais e humanos)
Atividade:	Local:	Turno:	Responsável:	Recursos materiais:
Macrocampo:		Horário:		Recursos humanos:
Atividade:	Local:	Turno:	Responsável:	Recursos materiais:
Macrocampo:		Horário:		Recursos humanos:
Atividade:	Local:	Turno:	Responsável:	Recursos materiais:
Macrocampo:		Horário:		Recursos humanos:
Atividade:	Local:	Turno:	Responsável:	Recursos materiais:
Macrocampo:		Horário:		Recursos humanos:

Mais Educação **24** Passo a passo

Mais Educação **25** Passo a passo

4º) Organização dos recursos e do espaço
Diretor e professor comunitário!
Vamos organizar os espaços e preparar o ambiente escolar para o desenvolvimento das atividades de Educação Integral e apresentar o Plano de Educação Integral e a proposta de atividades à comunidade escolar.

5º) Definição do público para Educação Integral
Professor comunitário!
Abaixo sugerimos um quadro de trabalho com os nomes dos alunos que participarão das atividades. É muito importante ter o registro dos alunos que participarão, explicitando qual foi o critério utilizado para selecioná-los, qual a atividade de que participarão e qual o turno.

Modelo – Definição do público para Educação Integral

Nome do Aluno	Ano/ Série	Critério para participação	Atividade(s)	Turno

11 Como dialogar com as famílias?

Este processo todo implica alianças com os familiares e com os responsáveis pelos estudantes. Para que a educação seja "integral", a família – compreendida como uma comunidade formada por pessoas que são ou se consideram aparentadas, unidas por laços naturais, por afinidades ou por vontade expressa –, participa ativamente da vida escolar. Portanto a escola deve promover o diálogo com a família.

Já sabemos que muitos estudantes que apresentam bons resultados na vida escolar têm a família como participante no processo de aprendizagem.

Vamos refletir, com Paulo Freire:

Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões, punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber que vai

além do saber da pura experiência feita, que leve em conta suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transformar-se em sujeito de sua própria história. A participação popular na criação da cultura e da educação rompe com a tradição de que só a elite é competente e sabe quais são as necessidades e interesses de toda a sociedade. A escola deve ser também um centro irradiador da cultura popular, à disposição da comunidade, não para consumi-la, mas para recriá-la. A escola é também um espaço de organização política das classes populares. A escola como um espaço de ensino-aprendizagem será então um centro de debates, idéias, soluções, reflexões, aonde a organização popular vai sistematizando sua própria experiência. O filho do trabalhador deve encontrar nesta escola os meios de autoemancipação intelectual, independentemente dos valores da classe dominante. A escola não é só um espaço físico. É um clima de trabalho, uma postura, um modo de ser. (Pedagogia do Oprimido, 1991, p.16).

Foto: Agência Brasil/Novelli/Conti J.



Mais Educação **28** Passo a passo

Mais Educação **29** Passo a passo